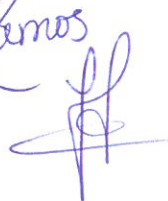


Relatório e Contas 2017

P. Ramos



ÍNDICE

I. Relatório de Gestão	3
1.1 Mensagem do Conselho de Administração	3
1.2 Sumário do Exercício.....	4
1.3 Atividade da Empresa	5
1.3.1 Empresa.....	5
1.3.2 Regulação	8
1.4 Principais Acontecimentos.....	9
1.4.1 Clientes.....	10
1.4.2 Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	12
1.4.3 Controlo da Qualidade da Água	13
1.4.4 Drenagem de Águas Residuais	15
1.4.5 Gestão de Infraestruturas Elétricas.....	17
1.4.6 Recolha de Resíduos Sólidos	17
1.4.7 Educação Ambiental.....	22
1.4.8 Fiscalização e Serviços.....	23
1.5 Indicadores de Desempenho	27
2 Desempenho Económico.....	28
2.1 Análise Económica	28
2.1.1 Rendimentos	29
2.1.2 Gastos.....	29
2.1.3 Indicadores Económicos.....	31
2.2 Análise Financeira e Patrimonial.....	32
2.2.1 Indicadores Financeiros	33
2.3 Evolução Previsível da Empresa.....	34
2.4 Proposta de Aplicação de Resultados.....	35
II. Demonstrações Financeiras	36
III Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 dezembro 2017.....	41
IV Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras.....	58

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Ramos

Em 2017 foi dada continuidade a política que a Praia Ambiente, E.M. tem vindo a desenvolver na execução das suas funções na qualidade de entidade responsável pelos serviços de águas e resíduos do concelho de Praia da Vitória.

Durante o ano de 2017 destaca-se da atividade desenvolvida pela empresa a conclusão do Projeto de Ampliação da Rede de Recolha Seletiva, a revisão do Projeto de “Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal” e o lançamento da sua execução a concurso público. Ambos os projetos comparticipados pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, no âmbito do Programa Operacional para os Açores (PO AÇORES 2020).

Concretizaram-se projetos estratégicos destinados a cumprir com as disposições legais e a otimização da empresa, tais como a continuidade do Plano de Reestruturação Tarifária, de Renovação do Parque de Contadores e da campanha de incentivo à recolha “Tão fácil que até nós já separamos! E você?”, a candidatura e instalação de medidores de caudal, a publicação do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e o envio para publicação do Regulamento de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho da Praia da Vitória.

Em 2017 foi atribuído à Praia Ambiente, E.M., pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos dos Açores, o Selo da Qualidade da Água para Consumo Humano 2016.

O ano de 2018 será um ano de novos desafios e dificuldades que estamos certos que serão superados com o empenho de todos os intervenientes na ação da Praia Ambiente, E.M.. Certamente ficará marcado pela execução do Projeto de “Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal”, o qual irá permitir garantir uma melhor qualidade da água e do serviço prestado, pela segunda fase de Candidatura de Medidores de Caudal e pelo reforço da frota de recolha de resíduos urbanos.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos nossos colaboradores o empenho e dedicação, aos nossos clientes, que através das suas sugestões e reclamações nos permitem melhorar o serviço em termos de qualidade e eficiência, a todos os consultores, fornecedores e prestadores de serviços, pela partilha continuada de soluções para fazermos melhor no futuro, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, acionista único, pela confiança e estímulo

1.2 SUMÁRIO DO EXERCÍCIO

No cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o Conselho de Administração da Praia Ambiente, Empresa Municipal (Praia Ambiente, E.M.), apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2017 e a proposta de aplicação de resultados, aprovados em reunião de 27 de Fevereiro de 2017. O presente Relatório e Contas são acompanhados pela Certificação Legal das Contas e do Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea g) do Artigo 16.º dos Estatutos da Empresa.

A Praia Ambiente, E.M., apresenta uma situação económico-financeira equilibrada, traduzida num resultado líquido de 49.570,07€, em 2017, que representa um aumento de 44,5% relativamente ao ano precedente. O Resultado Líquido apurado foi influenciado positivamente pelo aumento dos Resultados Operacionais, impulsionados pelo aumento das Vendas em 13%, conjugado com a diminuição dos Resultados Financeiros em 9%.

No presente exercício, o investimento global da empresa foi de 131 370,57€, sendo que o maior volume de investimento (63%) respeita ao setor de distribuição de água, seguindo-se o setor de recolha de resíduos urbanos (22%) e por fim o de saneamento de águas residuais (12%).

A 4 de abril de 2017 foi aprovada a candidatura do projeto “Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal” a comparticipação pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, Programa Operacional Açores 2020 enquadrado na tipologia de investimentos do Eixo Prioritário 6 – Ambiente e Eficiência dos Recursos, no valor de 1.998.877,00€.

No final de 2017 foi candidatado ao “Programa de Apoio à Aquisição de Medidores de Caudal”, promovido pela ERSARA, 10 medidores de caudal no montante global de 12 826,50€.



Praia

1.3 ATIVIDADE DA EMPRESA

1.3.1 EMPRESA

A Praia Ambiente, E.M. desde 2007 que assume a responsabilidade por assegurar continuamente o fornecimento de água de qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, competências delegadas à Praia Ambiente pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Foi criada na sequência das deliberações da Câmara Municipal da Praia da Vitória, de 29 de setembro de 2006, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 e n.º 3, do artigo 4º, da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto e alínea l), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. É uma empresa de gestão de serviços de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local e regional, de natureza municipal, nos termos dos artigos 45º e 48º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pessoa coletiva de direito privado, designada por entidade empresarial local dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à tutela e superintendência da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

1.3.1.1 MISSÃO

É missão da PRAIA AMBIENTE, E.M., assegurar continuamente o fornecimento de água de qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, e recolha atempada e integral de resíduos sólidos, contribuindo decisivamente para a excelência da qualidade de vida dos PRAIENSES.



1.3.1.2 RESPONSABILIDADES E OBJETIVOS

A Empresa assume grandes responsabilidades perante os seus clientes, munícipes do concelho de Praia da Vitória, enquanto razão principal da sua atividade e merecedores da maior qualidade no usufruto dos serviços prestados.

A Empresa deverá enquadrar a sua estratégia e atividade decorrente no estrito cumprimento da política definida pelo Executivo da Câmara Municipal de Praia da Vitória, seu acionista único e, como tal, detentor da capacidade de exercer uma superior orientação programática.

A Empresa deverá garantir condições logísticas de eficácia e segurança aos seus trabalhadores, mormente nas condições logísticas e técnicas garantidas para exercerem as suas funções e no cumprimento de uma política de incentivo à produtividade e à constante formação pessoal e profissional.

Objetivos

Proporcionar aos clientes um serviço de abastecimento de água de alta qualidade com um custo respeitador dos princípios da justiça social e cumprindo o princípio legal do utilizador-pagador, garantindo ainda o correto funcionamento do sistema e a célere resolução de problemas técnicos surgidos.

Proporcionar aos clientes um serviço de saneamento e de recolha de resíduos sólidos eficazes, garantindo ainda o correto funcionamento dos sistemas e a célere resolução de problemas técnicos surgidos.

Zelar pela boa exploração e manutenção da rede de águas pluviais e a sua adequada ampliação.

Proporcionar aos clientes meios eficazes de reclamação e acesso geral aos serviços garantindo respostas céleres às suas solicitações.

Assegurar a estabilidade económica e financeira da Empresa, aplicando uma gestão contemporânea, eficaz e respeitadora do estrito cumprimento das normas.

Assegurar estabilidade laboral e as regalias dos trabalhadores.



Dotar a empresa de uma estrutura orgânica marcada pela desburocratização e aplicação dos princípios de eficiência e rapidez nos processos de decisão e aplicação.

Marcar a utilização de *outsourcing* e de fornecimento externo de tarefas e serviços pelos princípios da busca de alta qualidade, respeito pelo controlo de custos e exclusivamente em situações devidamente justificadas pelos parâmetros referidos.

1.3.1.3 ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais da Praia Ambiente, E.M. são constituídos por:

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração - Dr.ª Paula Ramos

Administrador Executivo - Dr. Jorge Leonardo

Administrador Não Executivo - Eng.ª. Sónia Silva

Conselho Geral

Câmara Municipal da Praia da Vitória

Representante dos Utentes

Representante de Entidades

Fiscal Único

Santos Vaz & Trigo Morais, SROC

1.3.1.4 ORGANOGRAMA

A estrutura orgânica da Praia Ambiente, E.M. aprovada no início de 2016, é a que se apresenta no organograma da figura 1, a qual divide-se em três áreas operacionais.

P. Ramos

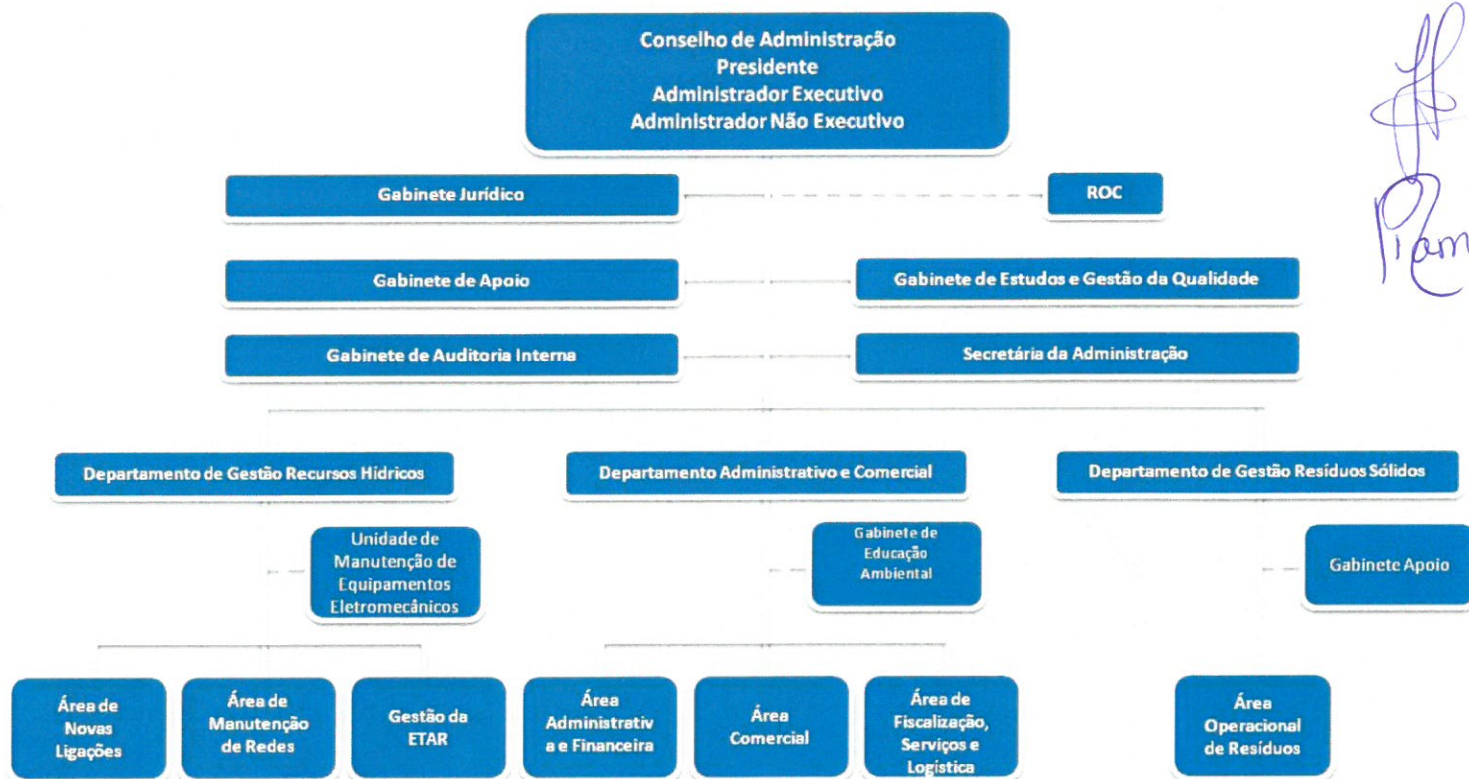


Figura 1. Organograma da empresa.

1.3.2 REGULAÇÃO

A regulação e supervisão das atividades desenvolvidas pela Praia Ambiente, E.M. são asseguradas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores- ERSARA, de acordo com o disposto da alínea e) do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010/A, de 5 março.

1.4 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Em 2017, destaca-se da atividade desenvolvida pela Praia Ambiente, E.M. a concretização de projetos estratégicos destinados a cumprir com as disposições legais e a otimização da empresa, tais como:

- **Plano de Reestruturação Tarifária**, com início em 2015 e em vigor até 2020, visa definir uma evolução tarifária que permita a equidade social, favorecendo as famílias de baixo rendimento social e numerosas, a recuperação dos encargos dos serviços tendo por base critérios de racionalidade económica e financeira, garantindo a sustentabilidade e melhoria do desempenho da Praia Ambiente, E.M., dando assim cumprimento à recomendação tarifária n.º 1/2015 do ERSARA.

- Dado continuidade ao **Plano de Renovação de Parque de Contadores**, o qual visa reduzir as perdas de água e dar cumprimento ao disposto na legislação aplicável ao Controlo Metrológico. Foi efetuado o planeamento para o ano de 2018.

- Conclusão da implementação do projeto de **“Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Praia da Vitória”**, o qual visou colmatar as atuais necessidades do sistema de recolha de resíduos recicláveis, através da ampliação da rede de recolha seletiva de resíduos, da aquisição de viatura de recolha de resíduos recicláveis e do desenvolvimento de uma campanha de sensibilização e educação ambiental.

- Aprovação a 4 de abril de 2017 da candidatura do projeto **“Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal”** a comparticipação pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, Programa Operacional Açores 2020 enquadrado na tipologia de investimentos do Eixo Prioritário 6 – Ambiente e Eficiência dos Recursos, no valor de 1.998.877,00€. Este projeto permitirá reforçar, requalificar e dotar a Zona de Abastecimento de Santa Rita/Juncal de origens de abastecimento de água com qualidade, de novos órgãos, adutoras, condutas, e equipamentos eletromecânicos, por forma a suprimir as carências e fragilidades do zona de abastecimento, quer ao nível da captação, armazenamento e transporte, quer ao nível da qualidade de água.



- Publicação do **Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água** e envio para publicação do **Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho da Praia da Vitória**.

- Candidatura ao **“Programa de Apoio à Aquisição de Medidores de Caudal”** promovido pela ERSARA através da Portaria n.º 66/2017, de 24 de agosto. A PAEM, empenhada em assegurar uma gestão eficiente do recurso água e no cumprimento dos instrumentos políticos da região, dos requisitos legais e das recomendações do regulador, bem como garantir a sua sustentabilidade financeira, instalou numa primeira fase 10 medidores de caudal em locais estratégicos do sistema de abastecimento de água, com vista a determinar o balanço hídrico do sistema de abastecimento de água e a estabelecer um controlo ativo de perdas. O controlo ativo de perdas permitirá uma maior eficiência na gestão com benefícios em termos de redução de custos de operação e de capitais.

1.4.1 CLIENTES

Em 2017 o número de contratos ativos de abastecimento de água da Praia Ambiente, E.M. encontrava-se distribuído tal como demonstra a tabela abaixo, num total de **10.457 contratos**, verificando um aumento em relação ao período homólogo de 2016.

Tabela1. Evolução no número de contratos ativos por serviço e tipologia em 2017.

Tipo de cliente	2016	2017	Δ %
Contratos Ativos	10.368	10.457	0,85%
Doméstico	8.618	8.666	0,55%
Não-Doméstico	1.750	1.791	2,29%
Contratos Ativos com a componente de Saneamento de Águas Residuais	3.252	3.335	2,49%
Doméstico	2.815	2.901	2,96%
Não-Doméstico	437	434	-0,69%
Contratos Ativos com a componente de Resíduos Urbanos	9.464	9.396	-0,72%
Doméstico	8.618	8.603	-0,17%
Não-Doméstico	846	793	-6,68%



Rames

1.4.1.1 CONSUMOS

No que concerne ao volume de água faturada, a Praia Ambiente **faturou 1.433.773m³** em 2017, o que equivale a uma média diária de 3928 m³. Face ao ano de 2016 verifica-se um aumento de 1,05 %.

Na tabela seguinte verifica-se o comportamento do consumo de água por tipologia de cliente.

Tabela2. Evolução da água faturada por tipologia de cliente, em 2017 (m³).

Tipo de Cliente	2016	2017	Δ %
Agropecuária	961.760	971.885	1,05%
Doméstico	146.330	145.132	-0,82%
Indústria e Comércio	192.917	203.772	5,63%
Instituições sem fins lucrativos	21.887	20.775	-5,08%
Organismos Públicos	79.347	92.209	16,21%
Total Geral	1385330	1433773	3,50%

1.4.1.2 ATENDIMENTOS

A Comercial da Praia Ambiente E.M. considera como seu principal objetivo a satisfação e a melhoria contínua da relação com os seus clientes. Para este efeito a empresa dispõe de um serviço de *Call Center* disponível 24 horas por dia para o reporte de avarias. Para além do atendimento telefónico, a Praia Ambiente E.M. dispõe de uma loja própria de atendimento ao público.

Em 2017 foram registados **33.119 contactos** com clientes por via telefónica e presencial, tal como evidencia a tabela abaixo:

Tabela3. Evolução do número de atendimentos em 2017.

	2016	2017	Δ %
Atendimentos	28.014	33.119	18,22%

1.4.1.3 GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

Para a Praia Ambiente, E.M. as reclamações apresentadas pelos clientes são uma oportunidade de melhoria dos serviços prestados, permitindo prevenir situações que lhes deram origem e ir ao encontro das suas expectativas, preocupações e interesses.



P. Ramos

O número de **reclamações** em 2017 foi de 38, **diminuição de 46%** em relação a 2016. No **livro de reclamações** foram apresentadas quatro reclamações, valor inferior ao ano anterior.

Tabela4. Evolução das reclamações.

Tipo de Atendimento	2016	2017	Δ %
Livro de Reclamações	6	4	- 33%
Reclamações	39	34	- 13%
Total	45	38	- 46%

As respostas às reclamações são elaboradas no prazo máximo de 10 dias úteis, não obstante o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, definir 22 dias úteis.

1.4.2 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

No âmbito das suas competências, a Praia Ambiente, E.M. é responsável pela exploração e manutenção do sistema de abastecimento de água do concelho da Praia da Vitória. Este abrange uma área de 162 km² e uma população residente de 21 035 habitantes. É composto por 4 subsistemas de distribuição de água: o Subsistema Agualva/Praia, o Subsistema Fonte do Bastardo/Porto Martins/Cabo da Praia, o Subsistema Quatro Ribeiras e o Subsistema Caparica/Biscoitos.

A água é captada em 8 furos subterrâneos e 9 conjuntos de nascentes localizados no concelho da Praia da Vitória, aduzida até 26 reservatórios, com uma capacidade de reserva disponível de

7 945 m³/dia e distribuída através de um sistema de condutas, com 279 km de comprimento e 10 567 ramais de ligação.



1.4.3 CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA

Assegurar continuamente a distribuição de água com qualidade em todo o sistema de abastecimento de água, constitui um objetivo primordial da Praia Ambiente, E.M..

A qualidade da água é assegurada através do Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) no sistema de abastecimento da Praia Ambiente, E.M. cuja elaboração, implementação e gestão é da responsabilidade da Praia Ambiente. Possui duas componentes de atividade: o controlo legal, relativo ao programa de amostragem e de análise realizado em cumprimento dos requisitos legais, definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e o controlo operacional/vigilância.

No ano de 2017, o **cumprimento dos valores paramétricos** definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, foi de **98,91 % nas torneiras dos consumidores** residentes no concelho da Praia da Vitória e de **100% no ponto de entrega** aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.

Relativamente ao ano anterior verificou-se uma diminuição do cumprimento dos valores paramétricos de 0,51%, sobretudo devido a este ano ter-se registado um maior número de incumprimentos do parâmetro fluoreto cuja causa é a natureza hidrogeológica do aquífero de abastecimento de água.

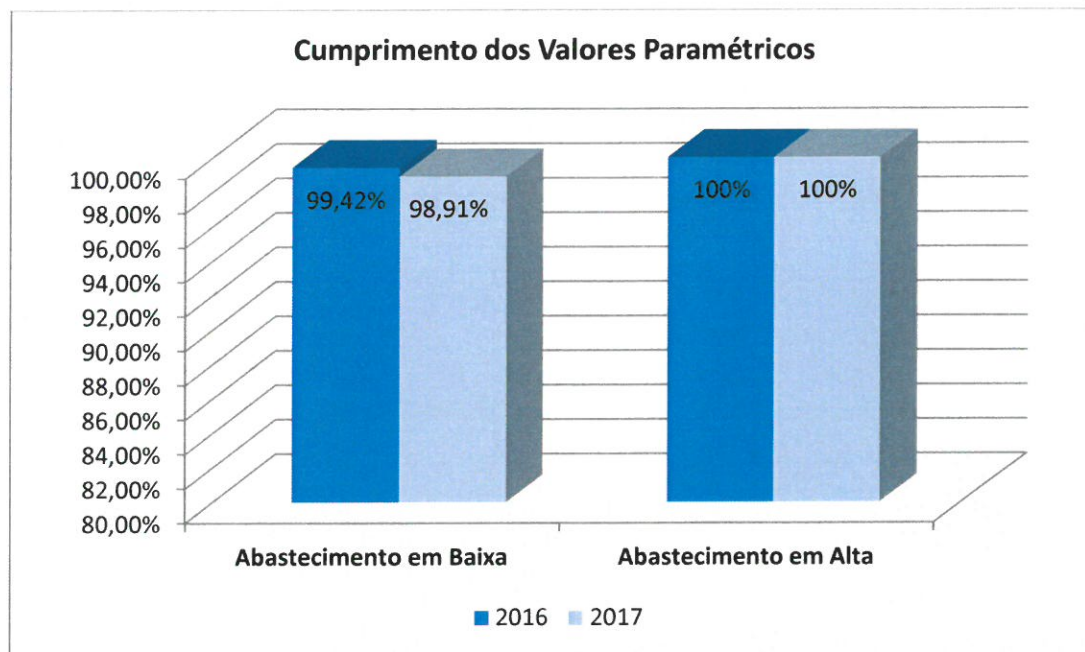


Gráfico1. Percentagem de Água Segura, por tipo de abastecimento.

A avaliação dos resultados relativos ao cumprimento da legislação sobre a qualidade da água fornecida pela Praia Ambiente confirma a muito boa qualidade da água fornecida pela Praia Ambiente, E. M. em baixa e em alta.

Conforme o estabelecido no ponto n.º 1, do Artigo 17º, do Decreto-Lei n.º 306/2007, 27 de agosto, a Praia Ambiente, E.M. procede à divulgação dos resultados do controlo de qualidade da água do Concelho de Praia da Vitória através dos editais públicos e do *site*, bem como através da sua afixação na loja de atendimento ao cliente.

Na tabela seguinte apresentam-se os indicadores mais relevantes relativos ao controlo efetuado em 2017.

Tabela 5. Evolução dos Indicadores de Controlo da Qualidade da Água.

Indicadores do Controlo da Qualidade da Água	2016	2017
Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) – Abastecimento em Baixa		
Número de análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (n.º/ano)	1665	1576
Taxa de execução de análises obrigatórias	100%	100%
Número de análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (n.º/ano)	1373	1284
Taxa de análises conformes com o valor paramétrico (%)	99,42%	98,91%
Percentagem de Água Segura (%)	99,42%	98,91%
Número de colheitas efetuadas	150	150
Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) – Abastecimento em Alta		
Número de análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (n.º/ano)	78	77
Taxa de execução de análises obrigatórias	100%	100%
Número de análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (n.º/ano)	69	68
Taxa de análises conformes com o valor paramétrico (%)	100%	100%
Percentagem de Água Segura (%)	100%	100%
Número de colheitas efetuadas	4	4

P. Ramos

1.4.4 DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

A drenagem de águas residuais, no concelho da Praia da Vitória, é efetuada através de uma rede de coletores, constituída por 63,2 km de coletores gravíticos e de condutas elevatórias e 17 estações elevatórias, que permitem o transporte das águas residuais até a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia da Vitória (ETAR), abrangendo 2 586 clientes.

Em 2017, foi tratado um total de **249 888 m³** de água residual. Na tabela abaixo encontram-se discriminados os caudais tratados mensalmente.

Tabela 6. Evolução dos Caudais Tratados na ETAR da Praia da Vitória (m³).

Mês	Ano	
	2016	2017
janeiro	23327	20920
fevereiro	19144	20542
março	21484	22857
abril	18135	22030
maio	24828	22646
junho	23762	17051
julho	22920	19722
agosto	20719	20824
setembro	22313	20824
outubro	19664	20824
novembro	18595	20824
dezembro	24779	20824
TOTAIS	259670	249888

Durante o ano de 2017, foram realizadas 23 recolhas, das 24 inicialmente previstas (devido às más condições meteorológicas), registando-se 2 amostras não conformes, representando 91% de cumprimento.

Como podemos verificar no gráfico abaixo apresentado, no ano em exercício registou-se um menor número de amostras não conformes relativamente ao ano anterior.

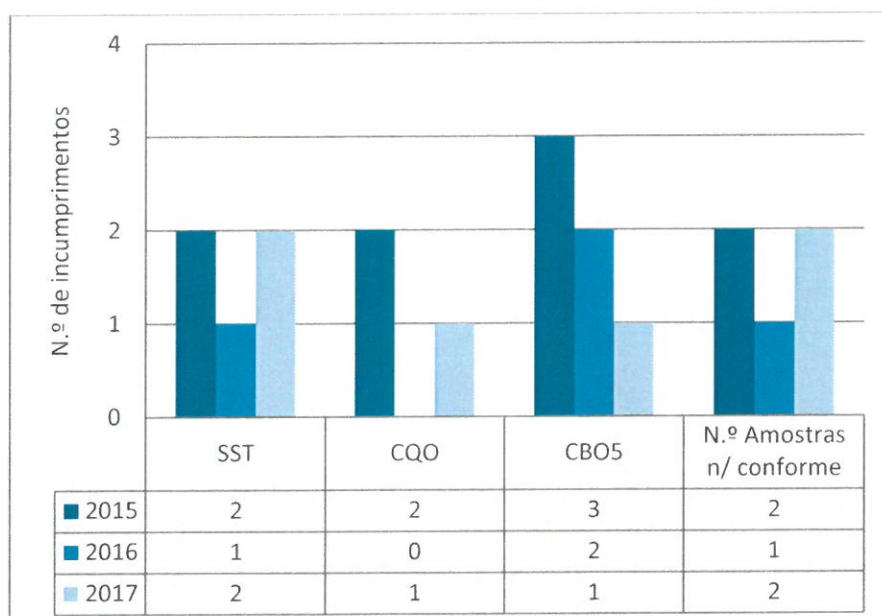


Gráfico2. Evolução do número de incumprimentos verificados.

No ano em exercício, para além das operações de manutenção e conservação previstas no Plano de Manutenção da ETAR, foram realizadas operações de manutenção corretiva e implementadas melhorias na Estação Elevatória n.º 4 e na ETAR da Praia da Vitória que permitiram o melhor funcionamento e conservação das mesmas.

No âmbito da atividade de saneamento de águas residuais, a Praia Ambiente, E.M. desenvolve e presta ainda outros serviços, tais como:

- Exploração da ETAR do Parque Industrial;
- Limpeza de fossas; e
- Execução de ramais de esgotos.



1.4.5 GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS

Em 2017, cumpriu-se o plano de manutenção preventiva quer a nível de equipamentos de bombagem quer a nível de Postos de Transformação.

O equipamento de bombagem do furo do Areeiro foi substituído por motivo de avaria.

Foram realizadas manutenções corretivas a alguns grupos de bombagem de estações elevatórias de águas residuais, com destaque para os grupos de grandes dimensões instalados na estação elevatória do caminho da doca.

Também em 2017, deu-se início ao processo de instalação de medidores de caudal eletromagnéticos e monitorização dos consumos em tempo real através de uma plataforma online. Espera-se que a instalação destes equipamentos contribua no futuro para uma melhoria da eficiência do sistema de abastecimento de água no concelho.

Finalmente, foi mantida a política de acompanhamento mensal das leituras dos consumos elétricos nas instalações. Esta tarefa realizada pelos eletricistas tem-se revelado essencial para a deteção de situações anómalas nos sistemas de bombagem, servindo para detetar e evitar avarias e gastos energéticos elevados.

1.4.6 RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Praia Ambiente, E.M. assume a responsabilidade pela recolha e transporte de resíduos urbanos e equiparados de produtores que não excedam 1 100 litros diários em todo o concelho de Praia da Vitória, disponibilizando para o efeito 294 equipamentos de deposição em espaços públicos.

No ano de 2017 e, com vista a aumentar a acessibilidade física do serviço de recolha seletiva e indiferenciada de resíduos urbanos, assegurou-se uma melhor cobertura geográfica dos



equipamentos com o objetivo de cumprir com as metas impostas pela legislação e pelos objetivos estratégicos definidos nos instrumentos de planeamento do setor em vigor.

O reforço da rede de recolha seletiva de resíduos foi realizado através da ampliação da rede de ecopontos, passando de 85 ecopontos para 245, distribuídos pelas freguesias do concelho, integrados num sistema de deposição de resíduos urbanos de ecoilhas, e ampliação da rede de pontos de recolha de óleo alimentar usado, passando de 11 para 21 oleões distribuídos pelo concelho.

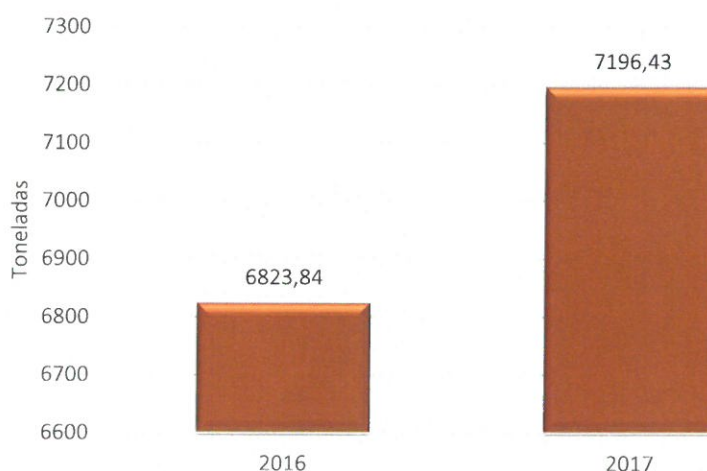
A atividade de recolha de resíduos urbanos, desenvolvida pela Praia Ambiente, E.M. inclui a recolha de resíduos indiferenciados, a recolha seletiva de embalagens, a recolha de óleo alimentar usado e a recolha de monstros.

Em 2017, foram recolhidos pelos serviços da empresa cerca de **8 840 toneladas de resíduos**, um **aumento de 6,36%** relativamente ao ano anterior, mantendo-se a tendência verificada nos últimos anos.

Recolha Indiferenciada de Resíduos Urbanos

A recolha de resíduos indiferenciados no concelho é realizada diariamente por 4 viaturas pesadas de recolha especializada, com equipas de 3 efetivos para a zona rural e 1 equipa de 3 efetivos para a zona urbana, num total de 4 condutores/operários e 8 operários de recolha.

A recolha de resíduos indiferenciados foi de 7 196,43 toneladas, **mais 5,46%** do que no ano anterior, representado 81,41% da totalidade dos resíduos recolhidos.



P. Ramos

Gráfico3. Evolução da recolha Indiferenciada.

Recolha Seletiva de Resíduos

A recolha seletiva é realizada pela Praia Ambiente, E.M através de circuitos específicos, garantindo assim a entrada destes no circuito de reciclagem.

A recolha seletiva no canal HORECA (Hotéis, Restaurantes e Cafés) do concelho, envolve a cedência temporária ao estabelecimento comercial de equipamentos destinados à separação dos resíduos valorizáveis e a integração em circuitos semanais de recolha.

Existem três tipos de recolha seletiva: a realizada no Canal Horeca e pequenos produtores de papel/cartão, a recolha seletiva porta-a-porta (doméstico e HORECA rural) e pequenos produtores de plástico e a recolha na rede de ecopontos.

Em 2017, o concelho dispunha de 245 ecopontos, o que se traduz numa captação de 1 ecoponto por 85 habitantes.

No ano de 2017, recolheram-se 1 217 toneladas de resíduos de embalagens, verificando-se um **aumento de cerca de 7,80%** de resíduos recolhidos relativamente ao ano anterior. As

Ramos

embalagens de vidro representaram em peso 43% do total recolhido seletivamente, enquanto as embalagens de papel/cartão e plástico 33% e 24%, respetivamente.

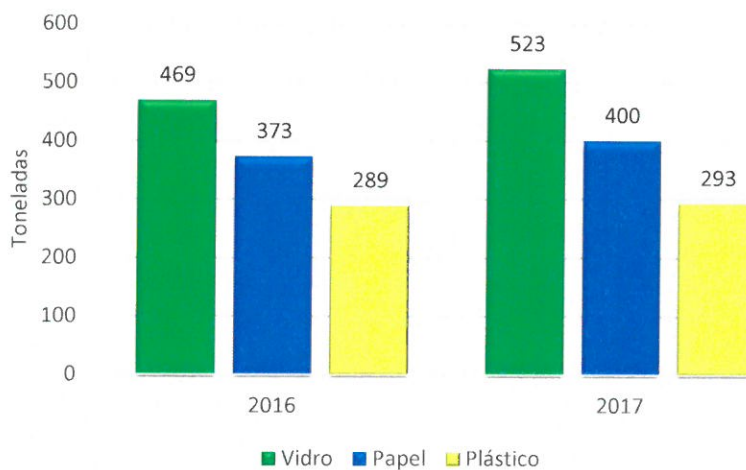


Gráfico4. Evolução da quantidade de embalagens recolhidas seletivamente.

Recolha de Óleos Alimentares Usados

A Praia Ambiente, E.M. assegura igualmente a recolha do óleo alimentar usado, recolhendo nos oleões de rua e nos estabelecimentos do canal HORECA, o qual posteriormente é encaminhado para o operador licenciado para valorização.

Em 2017, foram recolhidas cerca de **19 toneladas de óleo alimentar usado**, o que representa uma **descida de 5%** relativamente ao ano anterior.

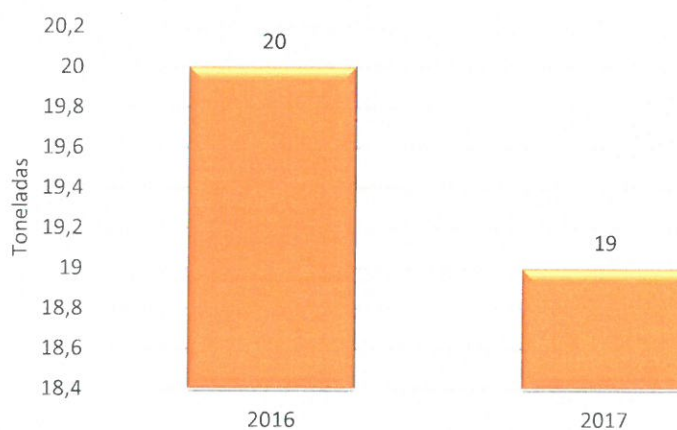


Gráfico5.Evolução recolha de Óleo Alimentar Usado.



Recolha de Monstros

Os monstros são resíduos provenientes das habitações e que pela sua natureza, dimensão ou volume não podem ser recolhidos pelos meios tradicionais de recolha.

No ano em análise, foram recolhidas cerca de **407 toneladas de monstros**, um aumento de **25%** relativamente ao ano anterior.

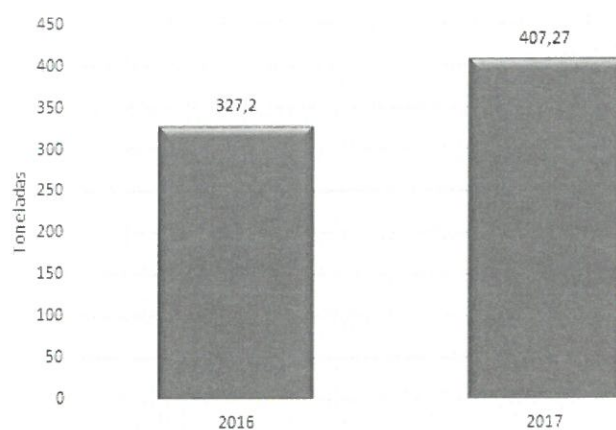


Gráfico 6. Evolução Recolha de Monstros.

1.4.6.1 SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

Os serviços de limpeza urbana asseguram diariamente, através da varredura (manual e mecânica), a limpeza de arruamentos, faixas de rodagem, passeios, passagens pedonais do centro urbano da cidade da Praia da Vitória, numa média diária percorrida de 20 km, bem como a remoção dos resíduos das papeleiras.



Figura 3. Limpeza mecânica e manual.



Ames

1.4.7 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Praia Ambiente, E.M., consciente da importância da educação ambiental como ferramenta imprescindível para a consciencialização e qualificação em prol do ambiente, tem desenvolvido diversas iniciativas junto das escolas e instituições do concelho, por forma a promover comportamentos ambientalmente mais responsáveis junto da população em geral e, em especial, da população escolar, com destaque para a promoção da segurança e qualidade da água distribuída pelo sistema público e sensibilização e para a redução da produção de resíduos e a sua separação seletiva.

Durante o ano de 2017, as atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Educação Ambiental passaram pelos seguintes eventos:

- Visitas às captações de água, à ETAR da Praia da Vitória e ao Centro de Triagem de Resíduos;
- Elaboração de conteúdos de divulgação e execução da Campanha de sensibilização “Tão fácil, que até nós já separamos! E você?”
- Elaboração do Plano de Atividades de Educação Ambiental ano letivo 2017-2018;
- Elaboração de avisos de serviços da Praia Ambiente, E.M.;
- Comemoração do dia mundial da água, 22 março;
- Elaboração de Relatório da Campanha de Sensibilização “Beba com confiança da sua Torneira” da Praia Ambiente para a entidade ERSARA;
- Orçamentação do Plano de Atividades de Educação Ambiental para 2018;
- Elaboração de relatório de EA e da empresa;
- Foi dada continuação da Campanha “Tão fácil, que até nós já separamos!” para promover a redução e separação dos resíduos junto dos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo nas escolas do concelho;
- 5ª Edição da Oficina de Reciclagem de Natal inserida na Celebração da 8ª Semana dos Resíduos dos Açores.

Handwritten signature: P. Ramos

Tabela 7. Número de ações em educação ambiental realizadas em 2017.

		Visitas de		Ações de	Total
		Estudo	Eventos	Sensibilização	
2016	Número	12	4	28	20
	Participantes	226	1100	8146	9 472
2017	Número	7	4	34	45
	Participantes	137	177	1292	1606



Figura 4. Fotografias das ações de educação ambiental em 2017.

1.4.8 FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS

Esta área engloba o Sistema de Informação Geográfica, apreciação de projetos de redes prediais, detecção de fugas de água em redes públicas e privadas, elaboração de peças desenhadas e orçamentos para projetos de execução, orçamentos, higiene/saúde/segurança no trabalho e as ações de fiscalização do Regulamento Municipal de Resíduos, bem como do Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Águas e de Drenagem de Águas Residuais do Município da Praia da Vitória.

Primos

1.4.8.1 PROJETOS

Até ao final do 4º trimestre de 2017 foram analisados 6 projetos de redes prediais e 144 processos de ligação de distribuição de água e de drenagem de águas residuais tendo em vista à criação de novos locais de consumo, divididos por categorias de acordo com o gráfico 7. No período homólogo de 2016 apreciaram-se 61 projetos. A apreciação de processos registou **um aumento de 150,82%** porque se englobaram neste processo todos os pedidos de ligação às redes geridas pela empresa.

Durante este período efetuaram-se as peças desenhadas e listagem de acessórios para montagem de medidores de caudal nos reservatórios da Praia Ambiente. Esta ação realizou-se com vista à 1ª e 2ª fase de candidaturas ao “Programa de Apoio à Aquisição de Medidores de Caudal” promovido pela ERSARA. Concluíram-se também as peças desenhadas que constam do Manual de Processos de Ligação da Praia Ambiente.

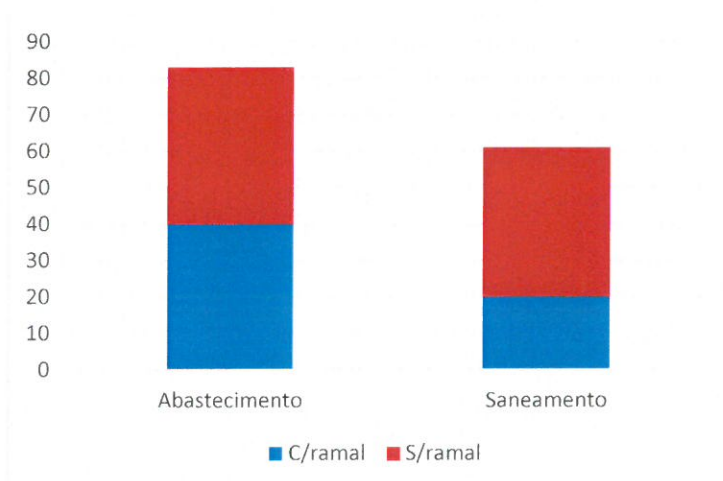


Gráfico7. Evolução dos Processos de Ligação em 2017.

1.4.8.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)

Na área dos Sistemas de Informação Geográfica procedeu-se ao carregamento dos dados recolhidos na atividade da empresa nos seus diversos setores operacionais, no intuito de manter atualizada a sua base de dados de acordo com os dados da tabela 8.

Primos

Tabela 8. Resumo de elementos de rede cadastrados.

Elementos da Rede	Pontos Consumo	Ramais Água	Camaras Ramal	Camaras Drenagem	Válvulas Seccionamento	Hidrantes	Tubagens (m)
2016	88	1146	94		106	7	6700
2017	1015	1219	492	82	5	1	1157

O incremento de elementos cadastrados está relacionado com o esforço que a empresa fez para atualizar o cadastro de infraestruturas, nomeadamente na afetação de pessoal à área de SIG e reestruturação do seu funcionamento.

1.4.8.3 FISCALIZAÇÃO

Em linha com os objetivos propostos, foram desenvolvidas ao longo deste período **358 ações de fiscalização** de modo a garantir o cumprimento, por parte dos munícipes, do **Regulamento Municipal de Resíduos e do Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Águas e de Drenagem de Águas Residuais do Município da Praia da Vitória**. Em relação ao período homólogo de 2016, no qual registaram-se 392 ações, verificou-se um **decréscimo de aproximadamente 8,67%**. Esta diminuição está relacionada com a redução dos registos de incumprimentos, por parte dos clientes, na recolha dos resíduos sólidos urbanos. Os serviços executados encontram-se discriminados no gráfico abaixo indicado.

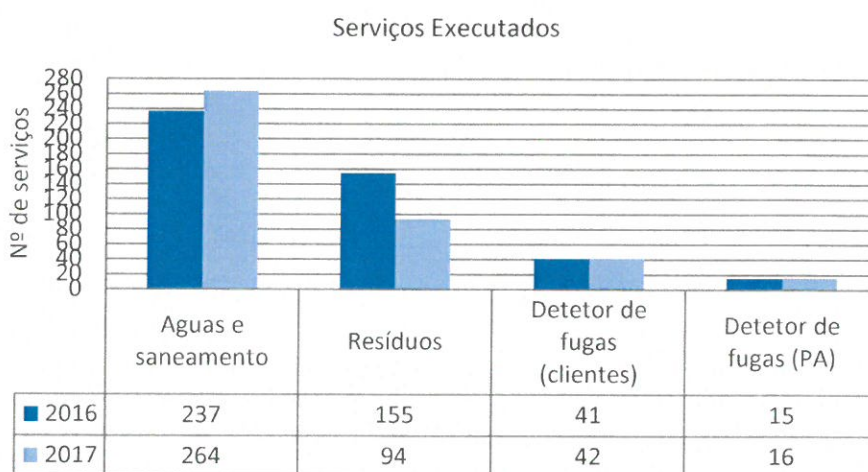


Gráfico8. Quantificação dos serviços executados por categorias.

1.4.8.4 SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

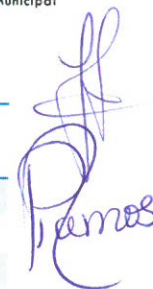
Este setor procedeu à semelhança do ano transato e em conformidade com as normas de segurança em vigor à verificação e distribuição dos equipamentos de proteção individual para os diferentes setores operacionais da empresa. Para além do exposto procedeu ao acompanhamento das atividades operacionais da empresa num total de 22 ações. No período deste relatório registaram-se 3 acidentes de trabalho no DGRA, tantos como no ano de 2016.

Ramos

1.5 INDICADORES DE DESEMPENHO

Tabela 9. Objetivos estratégicos da Praia Ambiente, E.M. para o quinquénio 2016-2020.

Objetivos Sectoriais	Valor Referência
SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA	
Defesa dos interesses dos utilizadores	
Acessibilidade de serviço aos utilizadores	
Cobertura do serviço (%)	100%
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores	
Análises de água realizadas (%)	100%
Qualidade da água fornecida (%)	98,91%
Sustentabilidade da entidade gestora	
Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora	
Rácio de cobertura dos custos operacionais (-)	1,73
Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora	
Cumprimento do licenciamento das captações de água (%)	100%
Capacidade da reserva de água tratada (dias)	1,13
Sustentabilidade operacional da entidade gestora	
Avarias em condutas (n.º/(100 km.ano))	4,92
SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS	
Defesa dos interesses dos utilizadores	
Acessibilidade de serviço aos utilizadores	
Cobertura do serviço (%)	100%
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores	
Ocorrência de inundações (n.º prop./100 km coletor/ano)	0
Sustentabilidade da entidade gestora	
Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora	
Rácio de cobertura dos custos operacionais (-)	1,04
Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora	
Utilização das estações de tratamento (%)	70%
Tratamento de águas residuais recolhidas (%)	100%
Sustentabilidade ambiental	
Análises de águas residuais realizadas (%)	100 %
Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)	100 %
Destino final de lamas do tratamento (%)	100 %
SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS	
Defesa dos interesses dos utilizadores	
Acessibilidade de serviço aos utilizadores	
Cobertura do serviço (%)	100 %
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores	
Resposta a reclamações escritas (%)	100 %
Sustentabilidade da entidade gestora	
Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora	
Rácio de cobertura dos custos operacionais	1,11
Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora	
Reciclagem (%)	18,62%



2 DESEMPENHO ECONÓMICO

Neste capítulo apresenta-se a análise Económica e Financeira da empresa nos últimos dois anos.

2.1 ANÁLISE ECONÓMICA

O Resultado Líquido do período de 2017 cifra-se em **49.570,07 euros** positivos cuja descrição é a seguinte:

Tabela9. Demonstração resultados de 2016 e 2017.

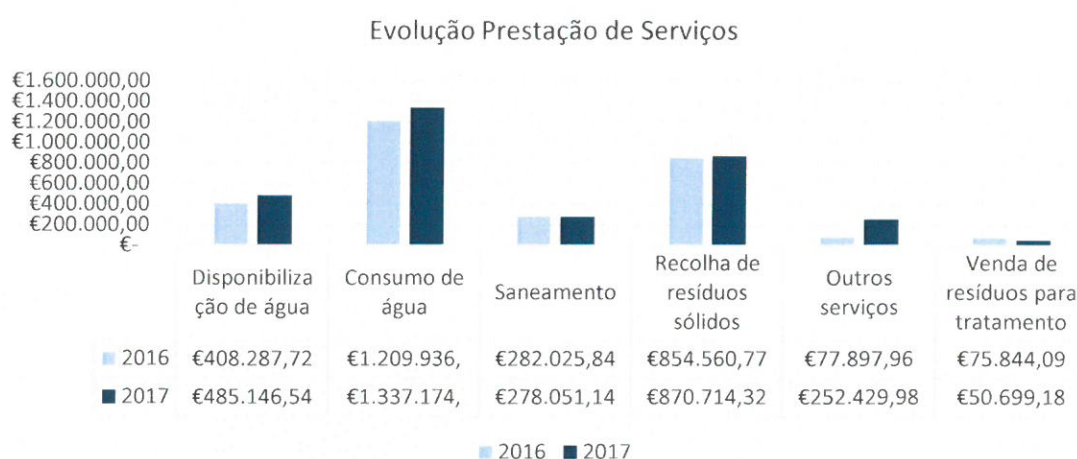
Demonstração de Resultados	2016	2017
Vendas e serviços prestados	2.908.553,28 €	3.274.215,85 €
Subsídios à exploração	11.231,53 €	1.530,02 €
Custo das mercadorias vendidas	- 8.444,46 €	- 16.364,61 €
Fornecimentos e serviços externos	- 1.035.496,50 €	- 1.077.411,69 €
Custos com pessoal	- 1.408.470,18 €	- 1.389.994,24 €
Imparidade de dívidas a receber	68.978,87 €	- 18.222,62 €
Outros rendimentos e ganhos	287.934,34 €	162.029,53 €
Outros gastos e perdas	- 22.267,71 €	- 23.516,50 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	802.019,17 €	912.265,74 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 588.046,07 €	- 695.398,17 €
Resultado Operacional	213.973,10 €	216.867,57 €
Juros e rendimentos similares obtidos	- €	- €
Juros e gastos similares suportados	- 170.978,94 €	- 155.585,29 €
Resultado antes de impostos	26.700,46 €	152.003,24 €
Imposto sobre o rendimento do período	- 8.689,16 €	- 11.712,21 €
Resultado líquido do período	34.305,00 €	49.570,07 €

O Resultado Líquido apurado foi influenciado positivamente pelo aumento dos Resultados Operacionais, impulsionados pelo **aumento das Vendas em 13%**, conjugado com a **diminuição dos Resultados Financeiros em 9%**.

2.1.1 RENDIMENTOS

A 31 de Dezembro de 2017 o volume de negócios da Praia Ambiente atingiu o **montante de 3.274.215,85 euros**, incrementando-se em **13%** por referência a 2016. Esta variação deve-se à implementação do Plano de Restruturação Tarifária dos Serviços, com vista ao cumprimento da Recomendação da ERSARA.

De salientar que a atividade da Praia Ambiente nos últimos dois anos caracterizou-se, fundamentalmente, pela prestação dos seguintes serviços:



As rubricas “Disponibilização de Água” e “Consumo de Água” obtiveram um **acréscimo de 19% e 11%**, respetivamente. A “Recolha de Resíduos Sólidos” obteve uma **variação de 2%**, sendo que a “Venda de Resíduos para Tratamento” verificou um **decréscimo de 35%**.

A rubrica “Outros Serviços” apresenta um **acréscimo de 224%** devido à incorporação de rendimentos que no ano anterior foi considerado como “Outros Rendimentos” e em 2017 passaram a ser faturados e estar contabilizados em “Vendas”.

2.1.2 GASTOS

A 31 de Dezembro de 2017 os gastos, no montante de **3.376.493,12 euros**, apresentaram a seguinte estrutura:



Tabela10. Gastos referentes ao ano 2016 e 2017.

	2016	2017
Custo das mercadorias vendidas	8.444,46 €	16.364,61 €
Fornecimentos e serviços externos	1.035.496,50 €	1.077.411,69 €
Custos com pessoal	1.408.470,18 €	1.389.994,24 €
Imparidade de dívidas a receber	- €	18.222,62 €
Outros gastos e perdas	22.267,71 €	23.516,50 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	588.046,07 €	695.398,17 €
Juros e gastos similares suportados	170.978,94 €	155.585,29 €
Total	3.233.703,86 €	3.376.493,12 €

Em 2017, os **gastos de natureza operacional** (gastos com pessoal, FSE, depreciações e outros gastos e perdas) sofreram, face a 2016, um **aumento de 5%**. Este aumento deveu-se essencialmente à variação dos gastos de depreciação e amortização em 18% motivada pelo recálculo e acerto das taxas de amortização aplicadas em alguns ativos da Empresa.

Por seu turno, os **Fornecimentos e Serviços Externos**, cujo detalhe se evidencia no quadro abaixo, verificaram um **aumento de 4%**. Relativamente aos **Custos Com Pessoal**, verificou-se um **decréscimo em 1%**.

Tabela11. Fornecimentos e Serviços externos referentes ao ano 2016 e 2017.

	2016	2017	Desvio %
Subcontratos - Aterro	176.394,63 €	194.038,10 €	10%
Serviços especializados	155.236,99 €	193.100,94 €	24%
Publicidade e propaganda	50.027,42 €	1.770,08 €	-96%
Honorários	5.862,81 €	8.500,00 €	45%
Comissões	3.276,75 €	3.261,00 €	0%
Conservação e reparação equip. básico	14.217,93 €	20.714,65 €	46%
Conservação e reparação equip. transporte	116.162,13 €	118.763,48 €	2%
Serviços bancários	14.008,28 €	31.264,17 €	123%
Ferramentas e utensílios	106.195,76 €	77.421,08 €	-27%
Material de escritório	12.059,78 €	8.626,33 €	-28%
Artigos para oferta	1.378,42 €	1.750,62 €	27%
Eletricidade	181.706,44 €	183.121,35 €	1%
Combustíveis - gasóleo	99.493,49 €	116.315,60 €	17%
Combustíveis - gasolina	6.410,03 €	5.963,15 €	-7%
Óleos e lubrificantes	3.985,56 €	5.385,05 €	35%
Produtos Limpeza veículos	2.855,00 €	2.778,90 €	-3%
Produtos tratamento águas	1.860,00 €	4.344,00 €	134%
Deslocações e estadas	3.244,63 €	3.791,20 €	17%
Transportes de mercadorias	865,78 €	1.143,84 €	32%
Rendas (renting)	650,64 €	125,00 €	-81%
Comunicação - despesas postais	62.342,89 €	74.453,88 €	19%
Comunicação - telefones	3.588,91 €	4.072,71 €	13%

Comunicação - telemóveis	3.483,07 €	3.901,17 €	12%
Seguros - ramo incêndio	2.799,12 €	3.314,76 €	18%
Seguros - viaturas	5.373,91 €	5.614,51 €	4%
Contencioso e notariado	273,00 €	1.790,65 €	556%
Limpeza higiene e conforto	1.743,13 €	2.085,47 €	20%
Total	1.035.496,50 €	1.077.411,69 €	4%

Os **Custos de Financiamento** apresentam um **decréscimo em 9%** desde logo pela manutenção em baixa das taxas de juro, mas também, e em especial, pela reestruturação financeira que se realizou em 2017 que permitiu amortizar integralmente um empréstimo de MLP e liquidar a Conta Caucionada que a Empresa mantinha e que acarretava elevados custos financeiros.

2.1.3 INDICADORES ECONÓMICOS

Relativamente aos indicadores de rentabilidade económica, e como se pode observar no quadro seguinte, constata-se que:

Rátios Económicos	2016	2017
Rentabilidade das vendas (Resultado líquido / Vendas)	1,18	1,51
Rentabilidade do capital próprio (Resultado líquido / capital próprio)	1,24	1,74
Cash Flow	622.351,07 €	744.968,24 €
Rotação de capital próprio (Vendas / capital próprio)	1,05	1,15
Prazo médio de cobrança (clientes / vendas)	18,56	18,74
Rotação de stocks (Vendas / stocks)	135,77	170,08
Tempo médio de stocks - dias	1	1
Produtividade (Vendas / empregados)	33.432	37.207
Rotação do Activo circulante (Vendas / Activo circulante)	6,10	3,56
Prazo médio de pagamento (Dívida a fornecedores / compras)	107	32

A **rentabilidade das vendas** situou-se nos **1,51%** o que significa um **acréscimo** relativamente a 2016 (1,18%).

A **rentabilidade dos Capitais Próprios** regista um valor de **1,74% vs 1,24% ano anterior**, refletindo desta forma a preocupação em otimizar a estrutura financeira da Empresa.

A **produtividade da Empresa** aumentou devido ao **incremento da Prestação de Serviços em 13%** e aumento do pessoal em 1 colaborador de 2016 para 2017, passando de 87 para 88 colaboradores.



O Cash Flow cifra-se nos 744.968,24 € e verifica um aumento devido ao acréscimo do valor das amortizações de 2016 para 2017.

O prazo médio de pagamentos situa-se nos 32 dias, verificando uma diminuição substancial comparativamente a 2016 (107 dias). Devido a crescente preocupação da empresa em cumprir com os prazos com os seus fornecedores e devido à reestruturação financeira.

2.2 ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

O Balanço apresentava a 31 de dezembro de 2017 a seguinte estrutura:

Balanço	2016	2017
Activos fixos tangíveis	7.666.237,97 €	7.005.116,39 €
Outros investimentos financeiros	1.061,71 €	1.890,69 €
Total do activo não corrente	7.667.299,68 €	7.007.007,08 €
Inventários	21.422,85 €	19.251,15 €
Clientes	299.903,61 €	340.870,57 €
Estados e outros entes públicos	100.868,23 €	21.648,96 €
Outras contas a receber	21.166,08 €	3.401,86 €
Diferimentos	1.119,32 €	- €
Caixa e depósitos bancários	32.109,63 €	533.777,61 €
Total do activo corrente	476.589,72 €	918.950,15 €
Total do activo	8.143.889,40 €	7.925.957,23 €
Capital realizado	1.878.348,22 €	1.878.348,22 €
Reservas legais	8.329,26 €	10.044,51 €
Outras reservas	5.814,81 €	5.814,81 €
Resultados transitados	85.640,68 €	118.230,43 €
Outras variações no capital próprio	749.682,95 €	795.055,93 €
Resultado líquido do período	34.305,00 €	49.570,07 €
Total do capital próprio	2.762.120,92 €	2.857.063,97 €
Financiamentos obtidos	3.515.529,35 €	3.872.224,29 €
Total do passivo não corrente	3.515.529,35 €	3.872.224,29 €
Fornecedores	616.455,72 €	189.192,81 €
Estados e outros entes públicos	37.002,37 €	36.266,46 €
Financiamentos obtidos	478.224,58 €	582.578,05 €
Outras contas a pagar	734.556,46 €	386.160,33 €
Diferimentos	- €	2.471,32 €
Total do passivo corrente	1.866.239,13 €	1.196.668,97 €
Total do passivo	5.381.768,48 €	5.068.893,26 €



Em 2017 a Praia Ambiente contraiu dois Empréstimos de MLP: um no valor de 800 mil euros junto do BPG e um no valor de 800 mil euros junto do Novo Banco.

O Empréstimo no BPG destinou-se a amortizar a dívida no valor de 300 mil euros junto de fornecedores, motivo pelo qual a rubrica “Fornecedores” verifica uma diminuição substancial. Os 500 mil euros destinam-se a fazer face à comparticipação dos 15% na Candidatura ao PO Açores 2020 designada ACORES-06-2012-FEDER-000014 – Adução e abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal no Concelho da Praia da Vitória. Este valor encontra-se refletido na rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” em virtude dos constrangimentos na concretização da execução do projeto.

Relativamente ao Empréstimo de 800 mil euros junto do Novo Banco, destinou-se à amortização um empréstimo antigo junto da CEMAH no valor de 482.283,41 euros, cujas taxas eram muito elevadas. E, cumulativamente, para liquidar a Conta Caucionada junto do Santander no valor de 240 mil euros. Estas poupanças foram refletidas na conta 69 – Juros de Financiamentos, a qual verificou uma redução de 9%.

Destaca-se, também, a **redução dos ativos não correntes em resultado das amortizações do período.**

2.2.1 INDICADORES FINANCEIROS

A liquidez geral situa-se nos 0,77%, o fundo maneio em 0,77% e 36,05% de autonomia financeira.

Rátios Financeiros	2016	2017
Liquidez geral (Activo circulante / Dívidas curto prazo)	0,26	0,77
Liquidez reduzida (Activo circulante - existências / Dívidas curto prazo)	0,24	0,75
Liquidez imediata (Caixa + bancos / Dívidas curto prazo)	0,02	0,45
Fundo Maneio Líquido	0,26	0,77
Solvabilidade (Capital próprio / passivo total)	51,32	56,36
Autonomia financeira (Capital próprio / activo total)	33,92	36,05



O indicador de solvabilidade apresenta uma evolução favorável, tendo atingido 56,36% em 2017 contra 51,32% em 2016, salientando-se que apresenta valores que não põem em causa a capacidade de solvência dos compromissos financeiros a médio/longo prazo.

2.3 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Prevê-se que a Praia Ambiente, E.M. mantenha o seu nível de atividade em 2018, continuando a prestar serviços de qualidade, com uma crescente preocupação social e ambiental, assegurando simultaneamente a sua sustentabilidade económica e financeira.

Neste sentido, a empresa manterá o seu foco no desenvolvimento dos seus projetos de referência:

- Execução do projeto de “Adução e Abastecimento a Santa Rita” proceder com as fases seguintes dos projetos;
- Segunda fase de Candidatura de Medidores de Caudal;
- Implementação do Plano de Segurança da Água;
- Aquisição de uma viatura de recolha de resíduos urbanos;
- Continuidade à campanha de sensibilização e educação ambiental “Tão fácil, que até nós já separamos”;
- Continuidade do Plano de Reestruturação Tarifária de encontro às recomendações da ERSARA.
- Continuidade do Plano de Renovação de Parque de Contadores;
- Publicação de Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho da Praia da Vitória;
- Modernização continua da frota da Praia Ambiente, E.M.; e
- Modernização Informática.

2.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 11º dos Estatutos da Praia Ambiente E.M., o Conselho de Administração submete o Relatório e Contas do exercício de 2017 à Assembleia Geral, propondo a aplicação do Resultado Líquido positivo realizado no Exercício de 2017 de 49.570,07€ da seguinte forma:

- a) Para Reforço Reserva Legal = 2.478,50 €
- b) Para Resultados Transitados = 47.091,57€

Praia da Vitória, 27 de fevereiro de 2018,

O Conselho de Administração,


Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos

Presidente



Jorge Leonardo

Administrador Executivo

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Praia Ambiente, E.M. são compostas pelos seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados por Natureza;
- Demonstração de alteração do capital próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa.

Os documentos mencionados foram elaborados de acordo com os princípios contábilísticos geralmente aceites e apresentam a posição financeira da empresa a 31 de dezembro de 2017.



O Contabilista Certificado,

Cesário Meneses

O Concelho de Administração



Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos
Presidente



Jorge Leonardo
Administrador Executivo

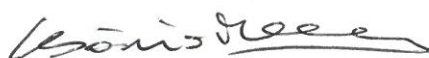
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

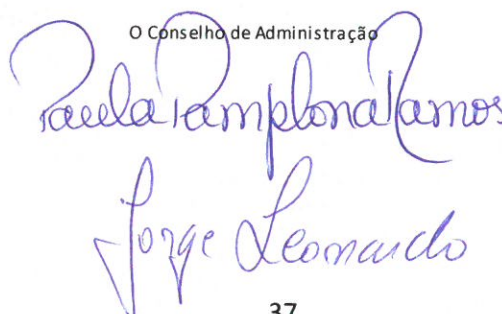
ATIVO	Notas	31 dezembro 2017	31 dezer 2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	7 005 116,39	7 666 23
Outros investimentos financeiros	9	1 890,69	1 06
Total do ativo não corrente		7 007 007,08	7 667 29
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	8	19 251,15	21 42
Clientes	9	340 870,57	299 90
Estado e outros entes públicos	14	21 648,96	100 86
Outros créditos a receber	9	3 401,86	21 16
Diferimentos	10	0,00	1 11
Caixa e depósitos bancários	5	533 777,61	32 10
Total do ativo corrente		918 950,15	476 58
Total do ativo		7 925 957,23	8 143 88
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	11	1 878 348,22	1 878 34
Reservas legais	11	10 044,51	8 32
Outras reservas	11	5 814,81	5 81
Resultados transitados	11	118 230,43	85 64
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	11	795 055,93	749 68
		2 807 493,90	2 727 81
Resultado líquido do período	22	49 570,07	34 30
Total do capital próprio		2 857 063,97	2 762 12
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	12	3 872 224,29	3 515 52
Total do passivo não corrente		3 872 224,29	3 515 52
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	12	189 192,81	616 45
Estado e outros entes públicos	14	36 266,46	37 00
Financiamentos obtidos	12	582 578,05	478 22
Outras dívidas a pagar	13	386 160,33	734 55
Diferimentos	10	2 471,32	
Total do passivo corrente		1 196 668,97	1 866 23
Total do passivo		5 068 893,26	5 381 76
Total do capital próprio e do passivo		7 925 957,23	8 143 88

O anexo faz parte integrante deste balanço.

O Contabilista Certificado


CC Nº 82359

O Conselho de Administração


Rafaela Amplona Ramos
Jorge Leonardo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS


DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

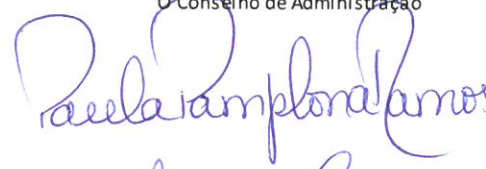
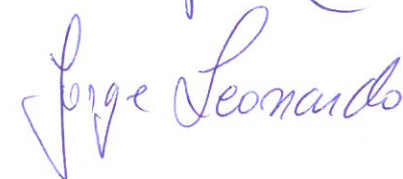
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Vendas e serviços prestados	15	3 274 215,85	2 908 553,28
Subsídios à exploração	15	1 530,02	11 231,53
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-16 364,61	-8 444,46
Fornecimentos e serviços externos	16	-1 077 411,69	-1 035 496,50
Gastos com o pessoal	17	-1 389 994,24	-1 408 470,18
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	-18 222,62	68 978,87
Aumentos/reduções justo valor	9; 15	49,99	0,00
Outros rendimentos	15	161 979,54	287 934,34
Outros gastos	22	-23 516,50	-22 267,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		912 265,74	802 019,17
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	18	-695 398,17	-588 046,07
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		216 867,57	213 973,10
Juros e gastos similares suportados	19	-155 585,29	-170 978,94
Resultado antes de impostos		61 282,28	42 994,16
Imposto sobre o rendimento do período	7	-11 712,21	-8 689,16
Resultado líquido do período		49 570,07	34 305,00

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

O Contabilista Certificado


CC N.º 82359

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2016	11	1 878 348,22	7 002,57	5 814,81	60 433,51	709 814,39	26 533,86	2 687 947,36
Alterações no período:								
Ajustamentos por impostos diferidos	11	0,00	0,00	0,00	0,00	-105 250,95	0,00	-105 250,95
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	11		1 326,69		25 207,17	145 119,51	-26 533,86	145 119,51
		<u>0,00</u>	<u>1 326,69</u>	<u>0,00</u>	<u>25 207,17</u>	<u>39 868,56</u>	<u>-26 533,86</u>	<u>39 868,56</u>
Resultado líquido do período	11						34 305,00	34 305,00
Resultado integral							<u>7 771,14</u>	<u>74 173,56</u>
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Posição no fim do período 2016		<u>1 878 348,22</u>	<u>8 329,26</u>	<u>5 814,81</u>	<u>85 640,68</u>	<u>749 682,95</u>	<u>34 305,00</u>	<u>2 762 120,92</u>

NO PERÍODO 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2017	11	1 878 348,22	8 329,26	5 814,81	85 640,68	749 682,95	34 305,00	2 762 120,92
Alterações no período:								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	11	0,00	0,00	0,00	0,00	-330 249,70	0,00	-330 249,70
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	11	0,00	1 715,25		32 589,75	375 622,68	-34 305,00	375 622,68
		<u>0,00</u>	<u>1 715,25</u>	<u>0,00</u>	<u>32 589,75</u>	<u>45 372,98</u>	<u>-34 305,00</u>	<u>45 372,98</u>
Resultado líquido do período	11						49 570,07	49 570,07
Resultado integral							<u>15 265,07</u>	<u>94 943,05</u>
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Posição no fim do período 2017		<u>1 878 348,22</u>	<u>10 044,51</u>	<u>5 814,81</u>	<u>118 230,43</u>	<u>795 055,93</u>	<u>49 570,07</u>	<u>2 857 063,97</u>

O Contabilista Certificado

Leandro
cc N.º 22359

O Conselho de Administração

Paula Campolina
João Leonardo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA


DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

	31-12-2017	31-12-2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	3.276.041,61	3.060.443,82
Pagamentos a fornecedores	-1.554.076,12	-1.008.317,38
Pagamentos ao pessoal	-925.306,48	-917.055,60
Caixa gerada pelas operações	796.659,01	1.135.070,84
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-4.287,54	-1.082,82
Outros recebimentos / pagamentos	-78.475,26	-215.750,08
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]	713.896,21	918.237,94
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-511.801,03	-263.087,18
Outros ativos	0,00	0,00
	-511.801,03	-263.087,18
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	11,30	0,00
Dividendos	0,00	0,00
	11,30	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]	-511.789,73	-263.087,18
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	2.153.000,00	639.500,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	2.153.000,00	639.500,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1.706.880,78	-1.139.363,64
Juros e gastos similares	-146.557,72	-155.846,69
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	-1.853.438,50	-1.295.210,33
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]	299.561,50	-655.710,33
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	501.667,98	-559,57
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	32.109,63	32.669,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	533.777,61	32.109,63

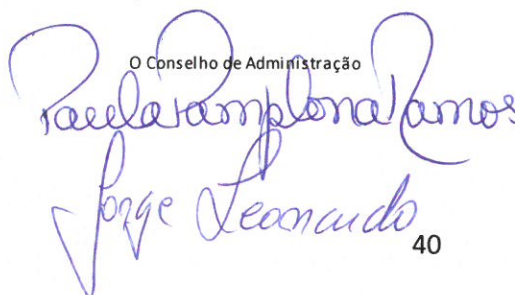
O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Contabista Certificado


CC Nº 82359

Relatório e Contas Anual 2017

O Conselho de Administração


Paola Ramplona Ramos
João Leonardo



III ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO 2017

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
(Montantes expressos em euros)

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao ano de 2017.

ÍNDICE DO ANEXO:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória
4. Principais políticas contabilísticas
5. Fluxos de caixa
6. Ativos fixos tangíveis
7. Impostos sobre o rendimento
8. Inventários
9. Ativos financeiros
10. Diferimentos
11. Instrumentos de capital próprio
12. Passivos financeiros
13. Outras dívidas a pagar
14. Estado e outros entes públicos
15. Rédito
16. Fornecimentos e serviços externos
17. Gastos com pessoal
18. Amortizações
19. Juros e outros gastos similares
20. Partes relacionadas
21. Divulgações exigidas por diplomas legais
22. Outras informações
23. Divulgações adicionais
24. Matérias ambientais

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Praia Ambiente, E. M. (“Empresa” ou “Sociedade”) é uma empresa municipal, foi constituída em 09 de Outubro de 2006 e tem a sua sede social na Rua do Evangelho, nº. 1, 9760-456 Praia da Vitória.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.



Praia

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, vertidos no Plano Oficial de Contabilidade, Diretrizes Contabilísticas e demais legislação complementar, os quais foram revogados pelos diplomas acima indicados.

O balanço em 31 de Dezembro de 2009 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respetivas notas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF. Os ajustamentos efetuados com efeito a 1 de Janeiro de 2009, data de transição, foram efetuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

O efeito dos ajustamentos relacionados com a adoção das NCRF, reportado a 1 de Janeiro de 2009, foi registado em resultados transitados, conforme estabelecido na NCRF 3.



4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer. Ao custo de aquisição ou produção são deduzidas as amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Terrenos e recursos naturais	—
Edifícios e outras construções	8 - 40
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 16

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.



4.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

4.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

4.5 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.



O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

4.6 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa é o custo médio.

4.7 Política contabilística para subsídios do governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.





Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam disponíveis.

4.8 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com os serviços prestados.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

4.11 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em dezembro de 2017 e em dezembro de 2016 detalha-se conforme se segue:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Numerário	1.703,88	1.441,29
Depósitos bancários	<u>532.073,73</u>	<u>30.668,34</u>
	533.777,61	32.109,63

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em dezembro de 2017 e em dezembro de 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ramos
Leon

31-12-2016

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	237.152,88	7.795.841,91	1.917.423,25	145.439,30	146.516,26	62.496,09	13.800,00	10.318.669,69
Aquisições		2.934,13	409.574,99	717,00	6.304,71		51.474,00	471.004,83
Alienações				-10.972,90				-10.972,90
Transferências e abates		-4.246,26	-22.022,81		-32.436,84	-3.757,87		-62.463,78
Revalorizações								
Outras variações								
Saldo final	<u>237.152,88</u>	<u>7.794.529,78</u>	<u>2.304.975,43</u>	<u>135.183,40</u>	<u>120.384,13</u>	<u>58.738,22</u>	<u>65.274,00</u>	<u>10.716.237,84</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		583.365,55	1.643.603,45	134.253,55	125.489,63	35.935,57		2.522.647,75
Amortizações do exercício		404.414,23	170.265,23	4.261,66	5.550,69	3.554,26		588.046,07
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates		-1.312,13	-14.200,48	-10.255,90	-31.478,95	-3.446,49		-60.693,95
Outras variações								
Saldo final		<u>986.467,65</u>	<u>1.799.668,20</u>	<u>128.259,31</u>	<u>99.561,37</u>	<u>36.043,34</u>		<u>3.049.999,87</u>
Activos líquidos	<u>237.152,88</u>	<u>6.808.062,13</u>	<u>505.307,23</u>	<u>6.924,09</u>	<u>20.822,76</u>	<u>22.694,88</u>	<u>65.274,00</u>	<u>7.666.237,91</u>

31-12-2017

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	237.152,88	7.794.529,78	2.304.975,43	135.183,40	120.384,13	58.738,22	65.274,00	10.716.237,84
Aquisições			86.669,93	33.311,78	2.888,86		8.500,00	131.370,57
Alienações								
Transferências e abates			-56.763,36			-1.445,36	-73.774,00	-131.982,72
Revalorizações (Nota __)								
Outras variações								
Saldo final	237.152,88	7.794.529,78	2.334.882,00	168.495,18	123.272,99	57.292,86		10.715.625,69
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		986.467,65	1.799.668,20	128.259,31	99.561,37	36.043,34		3.049.999,87
Amortizações do exercício		501.058,22	137.234,20	11.523,69	7.519,69	3.173,63		660.509,43
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates								
Outras variações								
Saldo final		1.487.525,87	1.936.902,40	139.783,00	107.081,06	39.216,97		3.710.509,30
Activos líquidos	237.152,88	6.307.003,91	397.979,60	28.712,18	16.191,93	18.075,89		7.005.116,39

7 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o gasto com imposto sobre o rendimento em dezembro de 2017 e em dezembro de 2016 é detalhado conforme se segue:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Resultado antes de impostos	61.282,28	42.994,16
Diferenças permanentes:		
Insuficiencia (excesso) estimativa imposto		
Multas e coimas	0,79	170,21
Menos-valias contabilisticas		
Gastos exercicios anteriores	5.164,42	1.032,70
Outros gastos não aceites		12.847,98
Menos-valias fiscais		
Diferenças temporárias:		
Ajustamentos de transição		
Lucro tributável	<u>66.447,49</u>	<u>57.045,05</u>
Colecta sujeita à taxa de 13,60%	2.040,00	2.040,00
Colecta sujeita à taxa de 16,80%	8.643,18	7.063,57
Pagamento Especial por Conta	0,00	0,00
Derrama	996,71	855,68
Tributações autónomas	1.083,00	1.081,09
Ajustamentos relativos imposto períodos anterior		
Imposto diferido	<u>-1.050,68</u>	<u>-2.351,17</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>11.712,21</u>	<u>8.689,17</u>
Taxa efectiva	19%	20%



 Ramos

8 INVENTÁRIOS

Em dezembro de 2017 e em dezembro de 2016, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Contadores	102,36	501,40
Material diverso	<u>19.148,79</u>	<u>20.921,45</u>
	<u>19.251,15</u>	<u>21.422,85</u>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em dezembro de 2017 e de dezembro de 2016 é detalhado conforme se segue:

	31-12-2017	31-12-2016
	MP, subsid.	MP, subsid.
	consumo	consumo
Saldo inicial	21.422,85	17.784,73
Compras	28.714,23	33.458,58
Regularizações	-14.521,32	-21.376,00
Saldo final	-19.251,15	-21.422,85
Custo das merc. Vendidas e das mat. Consumidas	16.364,61	8.444,46



9 ATIVOS FINANCEIROS

A rubrica **Outros investimentos financeiros** reflete o valor acumulado de 1.890,69€ resultado dos 1.840,70€ aplicados no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e de 49,99€ referente à sua valorização à data.

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

Clientes e outros créditos a receber

Em dezembro de 2017 e em dezembro de 2016 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2017			31-12-2016		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Clientes	446.554,40	105.683,83	340.870,57	387.364,82	87.461,21	299.903,61
Outros créditos a receber	3.401,86	0,00	3.401,86	21.166,08	0,00	21.166,08
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00	0,00	18.814,90	0,00	18.814,90
Devedores diversos	3.401,86	0,00	3.401,86	2.351,18	0,00	2.351,18
	449.956,26	105.683,83	344.272,43	408.530,90	87.461,21	321.069,69

Dos 105.683,83€ de imparidade acumulada, constam 18.222,62€ de perdas de imparidade em dívidas a receber de clientes neste ano.

10 DIFERIMENTOS

O valor de 2.471,32€ representa o montante gasto em seguros que se verificaram neste período, e que dizem respeito ao período subsequente.



11 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em dezembro de 2017 o capital subscrito é detido pelo seguinte *acionista*:

Câmara Municipal da Praia da Vitória no valor de 1.878.348,22€

No decurso do exercício de 2017, o resultado líquido do exercício de 2016 foi aplicado da seguinte forma:

<u>Aplicação de resultados</u>	
Reserva legal	1.715,25
Resultados transitados	32.589,75
	<u>34.305,00</u>

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

O valor de 5.814,81€ em **outras reservas** representa reservas livres criadas em 2009 por decisão do Conselho de Administração para aplicação dos resultados de 2008.

O valor de 118.230,43€ em **resultados transitados** representa o acumulado dos resultados líquidos de reservas.

O valor de 795.055,93€ em **ajustamentos/outras variações no capital próprio** representa subsídios ao investimento comparticipados por fundos comunitários.

12 PASSIVOS FINANCEIROS

12.1 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em dezembro de 2017 e em dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

Empréstimos bancários:	Entidade financiadora	31-12-2017			31-12-2016			Vencimento
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente	
31654924/01/44	SANTANDER	1.500.000,00	84.636,48	719.410,00	1.500.000,00	84.636,48	811.099,52	2027
21938023001	CEMAH	1.169.195,00	0,00	0,00	1.169.195,00	138.359,30	419.079,95	2020
1319	NB	250.000,00	20.882,62	135.316,14	250.000,00	19.320,55	156.198,76	2024
31654924/03/43	SANTANDER	725.000,00	36.885,12	498.071,07	725.000,00	35.741,05	537.981,80	2030
846694/003	CCAM	856.802,60	85.914,59	432.422,46	856.802,60	80.320,34	526.291,15	2023
24568001000	CEMAH	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	3.299,04	0,00	2016
18245870001	BPG	1.000.000,00	86.956,56	608.695,48	1.000.000,00	86.956,56	695.652,04	2025
26828000000	CEMAH	200.000,00	11.934,30	159.688,35	200.000,00	11.420,18	172.911,81	2030
26062017	NB	800.000,00	124.308,87	615.166,22				
18245870002	BPG	800.000,00	97.959,24	677.550,95				
Contas à Ordem	NB/CCAM		33.100,27	25.903,62		18.171,08	196.314,32	
		<u>7.470.997,60</u>	<u>582.578,05</u>	<u>3.872.224,29</u>	<u>5.870.997,60</u>	<u>478.224,58</u>	<u>3.515.529,35</u>	

12.2 Fornecedores

O valor de 189.192,81€ em **fornecedores** representa contas a pagar reconhecidas ao custo, valor esse que diminuiu em relação ao ano transato (616.455,72€) devido ao abate da dívida à Teramb pela contração de empréstimo.

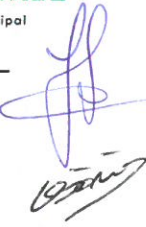
13 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em dezembro de 2017 e em dezembro de 2016 a rubrica, "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2017	31-12-2016
Pessoal	0,00	510,19
Fornecedores de investimentos	13.070,54	390.012,99
Credores por acréscimos de gastos	193.955,81	202.195,13
Credores diversos	179.133,98	141.838,15
	<u>386.160,33</u>	<u>734.556,46</u>

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em dezembro de 2017 e em dezembro de 2016 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:



	31-12-2017		31-12-2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta				
Estimativa de imposto		4.114,52		4.287,54
IRC - apuramento				
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		5.451,00		5.818,00
Imposto sobre o valor acrescentado	21.648,96		100.102,25	
Contribuições para a Segurança Social		26.700,94		26.896,83
Outros impostos			765,98	
	<u>21.648,96</u>	<u>36.266,46</u>	<u>100.868,23</u>	<u>37.002,37</u>

15 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em dezembro de 2017 e em dezembro de 2016 é detalhado conforme se segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Prestação de serviços	<u>3.274.215,85</u>	<u>2.908.553,28</u>
Disponibilização de água	491.259,35	408.405,95
Consumo de água	1.376.947,01	1.249.023,14
Saneamento	279.909,02	288.447,60
Recolha de resíduos sólidos	872.040,46	854.935,51
Outros serviços	262.318,05	134.186,90
Resíduos para tratamento	50.699,18	75.844,09
Descontos e abatimentos	-58.957,22	-102.289,91
Subsídios à exploração	<u>1.530,02</u>	<u>11.231,53</u>
Aumentos de justo valor	<u>49,99</u>	<u>68.978,87</u>
Outros rendimentos	<u>161.979,54</u>	<u>287.934,34</u>
Correcções relativas a períodos anteriores	3.910,80	34.741,41
Imputação de subsídios para investimento	154.756,15	105.250,95
Outros	<u>3.312,59</u>	<u>147.941,98</u>
	<u>3.437.775,40</u>	<u>3.276.698,02</u>

O valor de 1.530,02€ em **subsídios à exploração** representa o valor recebido de subsídio social de mobilidade para apoio às deslocações pago pelos CTT.

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em dezembro de 2017 e em dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:



	31-12-2017	31-12-2016
Subcontratos	194.038,10	176.394,63
Trabalhos especializados	193.100,94	155.236,99
Publicidade e propaganda	1.770,08	50.027,42
Honorários	8.500,00	5.862,81
Comissões	3.261,00	3.276,75
Conservação e reparação	139.478,13	130.380,06
Serviços bancários	31.264,17	14.008,28
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	77.421,08	106.195,76
Material de escritório	8.626,33	12.059,78
Electricidade	183.121,35	181.706,44
Combustíveis	122.278,75	105.903,52
Oleos e lubrificantes	5.385,05	3.985,56
Produtos limpeza de veículos	2.778,90	2.855,00
Produtos tratamento de águas	4.344,00	1.860,00
Deslocações e estadas	3.791,20	3.244,63
Transportes de mercadorias	1.143,84	865,78
Rendas e alugueres	125,00	650,64
Comunicação	82.427,76	69.414,87
Seguros	8.929,27	8.173,03
Limpeza, higiene e conforto	2.085,47	1.743,13
Outros	3.541,27	1.651,42
	<u>1.077.411,69</u>	<u>1.035.496,50</u>


17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em dezembro de 2017 e em dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações dos órgãos sociais	40.715,28	9.375,47
Remunerações do pessoal	1.087.028,24	1.113.705,32
Encargos sobre remunerações	232.498,76	237.405,30
Seguros acidente trabalho e doenças profissionais	12.141,41	11.882,31
Outros	17.610,55	36.101,78
	<u>1.389.994,24</u>	<u>1.408.470,18</u>

18 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em dezembro de 2017 e em dezembro de 2016 é conforme se segue:



	31-12-2017	31-12-2016
Depreciações de edifícios e outras construções	501.058,31	404.414,23
Depreciações de equipamento básico	169.701,24	170.265,23
Depreciações de equipamento de transporte	11.523,65	4.261,66
Depreciações de equipamento administrativo	8.495,84	5.550,69
Depreciações de outras imobilizações corpóreas	4.619,13	3.554,26
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	695.398,17	588.046,07

19 JUROS E OUTROS GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos dezembro de 2017 e em dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Juros suportados		
Financiamentos bancários	146.557,72	155.846,69
Outros financiamentos	9.027,57	15.132,25
Gastos de financiamento	155.585,29	170.978,94
	<u>155.585,29</u>	<u>170.978,94</u>

20 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela entidade Câmara Municipal da Praia da Vitória, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nesta entidade.

21 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Em cumprimento do disposto no artigo 210.º do Código Contributivo, declara-se que a empresa não tem dívidas vencidas à Segurança Social.

Durante o exercício de 2017, não foram adquiridas ou alienadas ações próprias e, em 31 de dezembro de 2017, a empresa não detinha quaisquer ações próprias.

22 OUTRAS INFORMAÇÕES

Os **outros gastos** reconhecidos no decurso dos exercícios findos dezembro de 2017 e em dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Impostos	18.352,07	10.756,41
Outros	5.164,43	11.511,30
	<u>23.516,50</u>	<u>22.267,71</u>

Proposta para aplicar o resultado líquido do exercício de 2017:

<u>Aplicação de resultados</u>	
Reserva legal	2.478,50
Resultados transitados	47.091,57
	<u>49.570,07</u>

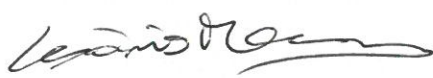
23 DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

Os honorários totais faturados durante o período pelo SROC relativamente à revisão legal das DF anuais foi de 7.080,00€, e não houve honorários faturados pelo SROC de contas relativamente a outros serviços.

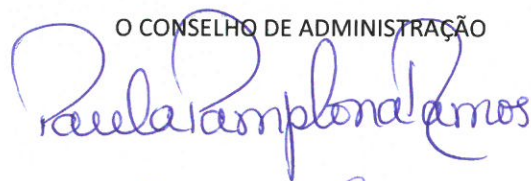
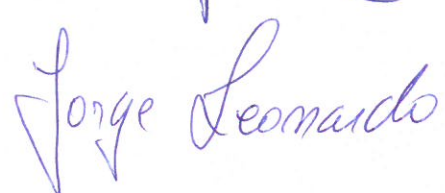
24 MATÉRIAS AMBIENTAIS

Os ativos de carácter ambiental foram todos adquiridos em exercícios anteriores, estando valorizados ao seu custo histórico. Não existem passivos desta natureza, efetivos ou potenciais, nem quaisquer riscos que justifiquem a constituição de provisões específicas.

O CONTABILISTA CERTIFICADO


CC Nº 82359

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IV RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Praia Ambiente, E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 7.925.957,23 euros e um total de capital próprio de 2.857.063,97 euros, incluindo um resultado líquido de 49.570,07 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Praia Ambiente, E.M. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS
& ASSOCIADOS, SROC LDA.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 14 de março de 2017

SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881